

DAS CRÍTICAS DE HERBERT MARCUSE A WILHELM REICH

*Sara Quenzer Matthiesen**

RESUMO: Uma análise da crítica que Herbert Marcuse dirige a Wilhelm Reich, em *Eros e civilização*, aponta o abandono dos “vislumbres crítico-sociológicos” e que levaram Reich a orientar a Psicanálise “no sentido da relação entre as estruturas social e instintiva”, salientando o “grau em que a repressão sexual é imposta pelos interesses de dominação e exploração”, em prol de um “primitivismo arrasador”, sinônimo, talvez, de uma “racionalidade instintiva” no âmago do pensamento reichiano, cuja análise conceitual revelou significados coerentes com a proposta de trabalho — muitas vezes distorcida — de Reich e que permitem um diálogo com a “dimensão biológica” marcuseana.

ABSTRACT: An analysis of the criticism that Herbert Marcuse addresses to Wilhelm Reich in *Eros and civilization*, points out the abandoning of the “critical-sociological glimmers” and that took Reich to orient the Psychoanalysis “in the sense of the relation between the social and the instinctive structures”, salienting the “grade in which the sexual repression is imposed by the interests of domination and exploration, in behalf of a “crushing primitivism”, similar, maybe, of an “instinctive rationality” in the heart of Reichian thinking, which conceptual analysis revealed meanings coherent with the proposal of work — many times distorted — of Reich and that allow a dialogue with the Marcuse’s “biological dimension”.

“Amor, trabalho e conhecimento são as fontes de nossa vida. Deveriam também governá-la.”

Wilhelm Reich

Desenvolver um texto sobre um autor como Wilhelm Reich implica algumas denotações particulares. Certamente, significa fazer parte de um grupo, ainda pequeno, de pessoas interessadas na investigação da obra desse autor

* Docente da UNESP - Campus de Rio Claro

que viveu entre 1897 e 1957 produzindo, investigando e publicando pesquisas nos mais diferentes campos do conhecimento. Significa inserir-se no universo de estudos de um médico, cuja teoria esteve atrelada à Psicanálise e ao Marxismo por um determinado período, vinculações que lhe valeram perseguições, sobretudo na Alemanha dos anos 20 e 30, mas que, ainda hoje, refletem-se em críticas que lhe são freqüentemente endereçadas — algumas das quais cruéis, panfletárias e que desmerecem e desqualificam sua teoria, dando margem para rotulá-lo como louco, charlatão, entre outras adjetivações pejorativas.

Embora esse não seja propriamente o nível a que chegam as críticas feitas por Herbert Marcuse à teoria de Wilhelm Reich, elas merecem, certamente, uma leitura mais atenta. É o que procuraremos fazer neste texto, ainda que de forma breve.

Das críticas de Marcuse à teoria reichiana

Três pontos, apenas, já seriam suficientes para uma possível aproximação entre as idéias de Herbert Marcuse e Wilhelm Reich: 1. ambos remetem-se à Psicanálise e — salvo as especificidades de seus pensamentos e de críticas a ela dirigidas — estão vinculados ao que se denomina “esquerda freudiana”;¹ 2. ambos fazem críticas severas à cultura em que vivem; 3. ambos têm uma ampla preocupação social ao elaborar teorias que — embora por muitos consideradas utópicas — apontam para perspectivas práticas. Ainda que existam outros pontos a serem mencionados — e certamente eles existem —, não é nossa proposta, aqui, salientar os interesses comuns entre esses autores, mas, apenas, iniciar uma análise da crítica que Marcuse faz a Reich no epílogo intitulado “Crítica do revisionismo neofreudiano” de seu livro *Eros e civilização*,² que, embora breve, é bastante contundente. Assim, sem a pretensão de esgotar os itens mencionados por Marcuse em sua crítica à teoria reichiana, partiremos de algumas de suas palavras e frases de efeito, a fim de adentrarmos no

¹ Cf. ROBINSON, Paul A. *A esquerda freudiana: Wilhelm Reich - Geza Roheim - Herbert Marcuse*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

² MARCUSE, Herbert. *Eros e civilização*. 5ª ed. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. Cabe ressaltar que a publicação original deste livro é de 1955. Todavia, Robinson chama a atenção para o fato de que, embora tenha sido publicado como epílogo do livro *Eros e civilização*, o texto “Crítica do revisionismo freudiano” fora publicado anteriormente em forma de artigo, cuja referência é: MARCUSE, Herbert. The Social Implications of Freudian “Revisionism”. *Dissent*, II, 3 (verão de 1955), p. 221-40. Cf. ROBINSON, Paul, op. cit., p. 152.

pensamento de Reich, mais propriamente em alguns conceitos e idéias que lhe valeram críticas das mais diversas.

Remetendo-se aos escritos de Reich dessa época, sobretudo ao texto *Der Einbruch der Sexualmoral*,³ traduzido para o português como *Irrupção da moral sexual repressiva*,⁴ Marcuse refere-se a Reich como a “mais séria tentativa realizada para desenvolver a teoria crítica social implícita em Freud” que, nesse texto, se tornaria explícita, pela orientação dada à Psicanálise à relação entre as estruturas “social” e “instintiva”, salientando o grau com que a repressão sexual é imposta pelos interesses de dominação e exploração, ao mesmo tempo que esses interesses são, também, reforçados e reproduzidos pela repressão sexual.⁵ Todavia, Marcuse considera que os “vislumbres crítico-sociológicos contidos nos primeiros escritos de Reich” foram por ele abandonados, cedendo espaço a um “primitivismo arrasador”, prenúncio dos futuros desdobramentos da teoria reichiana, ironicamente considerados por Marcuse como “fantásticos e arrebatadores devaneios dos últimos anos de Reich”.⁶ Diante dessa afirmação, Marcuse aponta que Reich, ao remeter-se à repressão sexual, aposta na “libertação sexual *per se*” como uma “panacéia para as enfermidades individuais e sociais”,⁷ portanto, como um remédio capaz de curar todos os males e problemas gerados social e individualmente. Isto merece, no mínimo, uma análise mais cuidadosa da proposta reichiana, a qual, certamente, implicará uma retomada do trajeto percorrido por Reich na construção de sua teoria.

Começaríamos pelo incômodo que o acompanhou nessa trajetória em que a sexualidade destacou-se como objeto de investigação primordial, levando-o aos mais diferentes campos do conhecimento. Embora o fizesse com grande dedicação e rigor, Reich admite que o fato de trabalhar simultaneamente em disciplinas tão diferentes — como a psicologia profunda, a sociologia, a fisiologia e a biologia — correspondia a uma preocupação para

³ É interessante notar que, embora Marcuse aponte essa obra como sendo de 1931, a referência original é datada em 1932, isto é: REICH, Wilhelm. *Der Einbruch der Sexualmoral*. Berlim: Verlag Für Sexualpolitik, 1932. Esse fato não invalida a hipótese $\frac{3}{4}$ que justificaria a diferença entre as datas $\frac{3}{4}$ de esse texto ter sido escrito em 1931 e publicado em 1932.

⁴ Cf. REICH, Wilhelm. *Irrupção da moral sexual repressiva*. Trad. Sílvia Montarroyos e J. Silva Dias. São Paulo: Martins Fontes, s.d.

⁵ Cf. MARCUSE, Herbert, *Eros e...*, op. cit., p. 205-6.

⁶ Idem, p. 206. Cabe ressaltar que Reich escreveu vários textos antes de 1931, o que talvez não possa caracterizar esse texto como um de seus primeiros.

⁷ Idem.

muitos. Assim, alguns psicanalistas desejavam que voltasse à psicanálise, os políticos empurravam-no para a ciência natural e os biólogos para a psicologia.⁸ Curioso, sério, mas sem lugar, Reich foi ao longo de sua trajetória intelectual adentrando, desvelando e pesquisando diferentes campos do conhecimento, fato que certamente lhe valeu perseguições das mais diversas, que culminaram em desavenças políticas, teóricas e até pessoais, repercutindo em sua expulsão de importantes instituições às quais esteve vinculado, como foi o caso da Associação Psicanalítica Internacional e do Partido Comunista,⁹ cuja intenção de aproximação revela a amplitude de seu trabalho, que, ao contrário das indicações de Marcuse, em nada se reduz a um “primitivismo arrasador”, meramente natural ou biológico.

Embora fosse médico, Reich, dada a dimensão de sua obra e dos temas por ele abordados ao longo de fervorosas discussões científicas, era, antes de mais nada, um crítico da cultura em que viveu — e, por que não dizer, em que vivemos —, que buscava saídas viáveis para a prevenção de doenças como a neurose. Mais do que isso, Reich era — e é — crítico em relação à educação, à repressão sexual, aos limites impostos socialmente e que caminham em sentido contrário à nossa natureza, ao nosso núcleo biológico mais verdadeiro, sufocado, reprimido por camadas visíveis de nosso comportamento, cujas explicações concernentes ao campo biológico talvez tenham levado Marcuse à identificação de um “primitivismo arrasador” predominante no âmbito de sua teoria.

Há quem diga que Reich aposta numa visão “positiva a respeito da natureza”, que sua obra “é marcada pela confiança na sabedoria da natureza, na sua competência espontânea, dadas condições favoráveis para encontrar ‘a boa resposta’.”¹⁰ Assim, esse “conceito positivo de natureza” aparece “tanto para se referir à natureza externa ao homem, natureza em geral, quanto para indicar a dimensão interna humana compreendida pelo mundo instintivo, involuntário,

⁸ Cf. REICH, Wilhelm. *A função do orgasmo*; problemas econômicos-sexuais da energia biológica. 10ª ed. Trad. Maria da Glória Novak. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 13. Cabe ressaltar que a publicação original deste texto ocorreu em 1942.

⁹ Filiado ao Partido Comunista (austríaco) desde 1927, Reich foi dele expulso, em novembro de 1933, por meio de comunicado do Partido Comunista dinamarquês — ao qual nunca pertencera —, em acordo com o Partido Comunista alemão — inexistente desde março daquele ano. Cf. ALBERTINI, Paulo. *Reich: história das idéias e formulações para a educação*. São Paulo: Agora, 1994, p. 53.

¹⁰ ALBERTINI, Paulo. A sexualidade e o processo educativo: uma análise inspirada no referencial reichiano. In: AQUINO, Julio Groppa (org) *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1997, p. 59.

biológico, primário".¹¹ Será esse o "primitivismo arrasador" a que se refere Marcuse? Será que a presença de um "núcleo biológico" como o lugar mais verdadeiro do homem é o que o incomoda? A valorização, se é que podemos dizer assim, da natureza biológica do homem seria o principal ponto de crítica a Reich?

Ao pensarmos nessas questões, inevitavelmente, estaremos nos reportando à teoria elaborada por Reich, a "economia sexual", pertencente, segundo ele, à "ciência natural",¹² cujo berço foi a Psicanálise de Freud entre 1919 e 1923, a qual acompanhou até sua "separação material" em 1928 e sua separação definitiva, via expulsão, da Associação Psicanalítica Internacional, já mencionada.

Aludindo à economia sexual, Reich diz que esta "representa a continuação da psicanálise freudiana e dá-lhe uma base científica natural na esfera da biofísica e da sexologia social",¹³ e é nesse sentido que ele se aprofunda nos fundamentos da sociologia e da psiquiatria; nos elementos básicos que determinam o desenvolvimento histórico da moral sexual, desde a sociedade primitiva até a situação atual; no conhecimento do sistema nervoso autônomo ou vegetativo, na fisiologia humana, sexual e na endocrinologia, na biologia celular, nas manifestações da corrente vegetativa dos fenômenos elétricos; isso para citar alguns temas correspondentes de suas investigações no âmbito da vegetoterapia,¹⁴ além de outros que reuniram, posteriormente, pesquisas no campo da medicina orgonômica, do câncer, da análise dos fenômenos atmosféricos e geográficos, dos movimentos da energia cósmica, além de reflexões sobre religião e educação, que, coerentes ou não frente aos olhares mais críticos, refletem sua compreensão e contribuição para os mais diferentes campos do conhecimento¹⁵ e, certamente, integram, ao menos em parte, aquilo que Marcuse pejorativamente denominou os "fantásticos e arrebatados devaneios dos últimos anos de Reich".¹⁶

¹¹ Idem.

¹² REICH, Wilhelm. *A função...*, op. cit., p. 14.

¹³ REICH, Wilhelm. *Análise do caráter*. Trad. Maria Lizette Branco e Maria Manuela Pecegueiro. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 10. Cabe ressaltar que a publicação original deste texto ocorreu em 1933.

¹⁴ DADOUN, Roger. *Cem flores para Wilhelm Reich*. Trad. Rubens Eduardo Ferreira Frias. São Paulo: Moraes, 1991, p. 179.

¹⁵ Cf. idem, p. 179.

¹⁶ MARCUSE, Herbert, *Eros e...*, op. cit., p. 206.

Entretanto, é no texto *Irrupção da moral sexual repressiva*, mencionado por Marcuse, que Reich define o conteúdo da economia sexual como "a forma como a sociedade regula, encoraja ou inibe a satisfação da tendência sexual",¹⁷ propondo-se a investigar por que razão e com quais instituições a sociedade cria, em diferentes épocas, variadas soluções para suas necessidades, inclusive sexuais.¹⁸ Reich, então, explica que com a conseqüente negação da "lei biológica", fruto do combate entre natureza e cultura, foi criada uma "segunda natureza" no homem, que é, na verdade, uma antinatureza, já que não respeita seu funcionamento mais verdadeiro. Essa "segunda natureza", portanto, o controle dos impulsos anti-sociais, é mantida a duras penas pelas "proibições morais compulsivas", desenvolvendo no homem civilizado uma estrutura psíquica composta por três camadas: uma mais superficial, uma espécie de "fachada social" que, no sentido psíquico, estaria mais próxima da consciência e, no sentido corporal, evidenciada pela incrustação da neurose na forma pela qual o indivíduo se expressa, ou seja, o "produto final de todas as restrições sociais e educacionais impostas ao centro saudável original"; uma grande camada intermediária, resultado de um amontoado de subcamadas, responsável pelo acúmulo das repressões de uma cultura negadora do sexo, apresentando como resultado os "impulsos anti-sociais" (sodomasoquistas, perversos) barrados, ao menos parcialmente, pela camada anterior; e por fim, uma camada mais profunda, o "núcleo biológico", "centro saudável", fonte dos impulsos "naturais ou primitivos", os quais, ao se depararem com o processo cultural de repressão, que inviabiliza a expressão emocional, transformar-se-iam em impulsos secundários, dando origem à camada superficial.¹⁹ Para Reich, o estrato mais profundo, que representa o cerne biológico da estrutura humana, ao mesmo tempo que está em desacordo com todos os aspectos da educação e do controle autoritários, é a única esperança real que o homem tem de dominar, um dia, a miséria social.²⁰

Indo além, Reich distingue a economia sexual do indivíduo da economia sexual estabelecida pela sociedade, enfatizando, entre outras coisas, que "excetuando variantes constitucionais que existem entre os diferentes indivíduos", a primeira é condicionada pela segunda e que o indivíduo está constantemente em busca de possibilidades de compensação das tensões que caracterizam

¹⁷ REICH, Wilhelm. *Irrupção da ...* op. cit., p. 162.

¹⁸ Cf. idem. p. 162-3.

¹⁹ Cf. BAKER, Elsworth Fredrik. *O labirinto humano: as causas do bloqueio da energia sexual*. Trad. Maria Sílvia Mourão Netto. 3ª ed. São Paulo: Summus, 1980, p. 86.

²⁰ REICH, Wilhelm. *A função...*, op. cit., p. 200.

seu mecanismo psíquico.²¹ Assim, quando são poucas as possibilidades de “satisfação sexual e sublimação na sociedade”, quando o mecanismo psíquico, deformado pela influência de uma “educação deficiente”, “se torna incapaz de utilizar as possibilidades disponíveis”, quando “a angústia e a privação provocam sensações excessivamente penosas”, o “mecanismo psíquico começa a trabalhar com mecanismos substitutivos cuja finalidade é conseguir o alívio das tensões seja a que preço for”, disso resultando “neuroses”, “perversões”, “modificações patológicas de caráter”, “fenômenos anti-sociais da vida sexual” e “perturbações na capacidade de trabalho”.²²

Partindo do pressuposto de que as “enfermidades psíquicas” são “conseqüência do caos sexual da sociedade”,²³ Reich, com base nas leis da economia sexual e no estudo clínico e sociológico do conflito entre as necessidades instintivas e o processo social, conclui, entre outras coisas, que o indivíduo só poderá eliminar essa contradição suprimindo as inibições morais e sexuais, que são substituídas pela auto-regulação,²⁴ objetivando a satisfação sexual, conseguida apenas pela eliminação psicoterapêutica da repressão sexual e pelo estabelecimento da potência orgástica.²⁵

Reich, então, combate a “moral sexual repressiva” e a “regulagem moralista”, apontando para uma “auto-regulagem econômico-sexual” e para uma “moral sexual econômica”, isto é, um tipo de “moral natural que se assenta em um suporte de satisfação básico da camada mais profunda do ser humano”,²⁶ em seu núcleo biológico. Comparando ambas as formas, Reich menciona características que lhes são próprias, dizendo que a “auto-regulagem econômico-sexual” segue as leis naturais do prazer, sendo não apenas compatível, mas funcionalmente idêntica aos instintos naturais. Assim, a pessoa econômico-sexualmente regulada e sã insiste na satisfação dos seus direitos naturais, parecendo doente e anti-social aos moralistas neuróticos, mas é, na realidade, incapaz de praticar ações anti-sociais. Desenvolve uma autoconfiança natural, baseada na sua potência sexual, sendo que, para ela, a sexualidade é uma

²¹ Cf. *idem*, p. 163.

²² Cf. *idem*, p. 164.

²³ *Idem*, p. 161.

²⁴ Neste texto, utilizaremos o termo auto-regulagem ou auto-regulação de acordo com a tradução.

²⁵ Reich considera que a “energia é desviada das tendências anti-sociais e patológicas quando a vida sexual do indivíduo é regida pela economia sexual”. *Idem*, p. 171.

²⁶ ALBERTINI, Paulo. *A sexualidade...*, op. cit., p. 69-70.

experiência de prazer e nada mais, e o trabalho é uma atividade agradável, realizado em harmonia com os interesses sexuais. A natureza da couraça do caráter demonstra que é capaz de fechar-se em uma situação e abrir-se em outra, alternando-se constantemente entre tensão e relaxamento, controlando sua couraça porque não precisa coibir impulsos proibidos.

Por outro lado, a “regulagem moralista” cria uma aguda e irreconciliável contradição psíquica, isto é, a moralidade contra a natureza. Intensifica, assim, o instinto e este, por sua vez, necessita de uma defesa moral aumentada, impedindo uma circulação eficiente da energia no organismo humano. Um indivíduo com semelhante estrutura adere às rígidas leis do mundo moralista; exteriormente adapta-se a elas; e interiormente revolta-se, ficando constantemente à mercê de inclinações anti-sociais $\frac{3}{4}$ de natureza tanto compulsiva como impulsiva. A felicidade sexual dos outros lhe desperta o mau humor, porque se sente excitado por ela, mas é incapaz de gozá-la, sendo que se caracteriza por uma potência fraca, constantemente procurando compensações, isto é, desenvolve uma autoconfiança artificial e afetada, empenhando-se na relação sexual apenas para provar a sua potência. Para o indivíduo moralmente estruturado, o trabalho é um dever cansativo ou, apenas, uma necessidade material, governada por um “dever”. Desenvolve uma couraça que restringe e controla automaticamente todas as ações e funções, e independe de situações exteriores, sendo que não pode variar as suas atitudes, mesmo que queira fazê-lo.²⁷

Tal diferenciação entre o “caráter genital” e o “caráter neurótico”, explicita no livro *A função do orgasmo*, leva-o a destacar que a tarefa terapêutica consiste na “transformação do caráter neurótico em caráter genital e na substituição da regulagem moralista pela auto-regulagem econômico-sexual”.²⁸ Com isso, afirma que a “auto-regulagem é possível, está ao alcance da mão, e é universalmente exequível”;²⁹ está presente em todo ser humano, como “uma espécie de competência espontânea, visceral, da própria vida”, que revela uma espécie de “racionalidade instintiva”, uma “confiança na Razão da natureza, no mundo instintivo, no animal humano.”³⁰ É assim que Reich “retoma o princípio de auto-regulação como presença concreta, original, eficaz” em sua atividade psicanalítica, quando no trato com as resistências e inibições neuróticas consegue prescindir

²⁷ Cf. REICH, Wilhelm. *A função...*, op. cit., p. 159-60.

²⁸ Idem, p. 160.

²⁹ Idem, p. 162.

³⁰ ALBERTINI, Paulo. *A sexualidade...*, op. cit., p. 69.

das “pesadas sublimações morais, da angústia sexual”, descobrindo no indivíduo “uma capacidade maior para a autonomia, para a realização de equilíbrios dinâmicos, flexíveis, uma melhor regulação — auto-regulação — de sua existência: no trabalho, no amor, nas relações com os outros”; seria como se o afrouxamento da couraça liberasse uma “aptidão para autodeterminar-se, aniquilada, atrofiada ou [neutralizada] pela influência das instituições sociais e dos modelos culturais”.³¹ Em outras palavras, o objetivo da terapia passa a ser “retirar a energia das inibições morais e substituí-las pela auto-regulagem libidinal”.³²

Assim, circulam em torno do princípio de auto-regulação termos que nutrem o pensamento reichiano e que dão o tom naturalista — se é que podemos dizer assim — de seu discurso, tais como: vivente, vital, natural, biológico, espontâneo, vegetativo, sexual e orgástico,³³ que talvez tenham levado Marcuse à crítica. Mas, embora o princípio de auto-regulação parta do domínio biológico tradicional, perpassa a sexualidade que permanece, segundo destaca Dadoun, no “domínio do proibido, do reprimido, do maldito, corroído pelas ideologias e obstruído por plétóricas disputas religiosas e sócio-políticas”, o que faz com que o vínculo que ele propõe entre auto-regulação e sexualidade surja também “no campo político, ideológico, epistemológico, onde passa a funcionar como algo inaudito, escandaloso, assombroso, subversivo, explosivo”.³⁴ Isso tudo para demonstrar que “a sociedade se impõe como potência reguladora essencial, exclusiva, como a ordem humana por excelência, a partir do desmantelamento da auto-regulação biológico-sexual”.³⁵ Assim, Reich propõe, contra as sociedades autoritárias, repressivas, “uma revolução política que seja ao mesmo tempo uma revolução sexual, por meio de processos que visem ao restabelecimento do princípio de auto-regulação sexual em todos os domínios da existência”.³⁶ Fundamentalmente, o objetivo terapêutico que se pretende alcançar é: “restituir ao sujeito uma certa capacidade de auto-regulação sexual”, isto é, potência orgástica ou amor natural, que é diferente — feitas as devidas observações teóricas — de uma mera “liberação sexual”, conforme interpretou Marcuse. Aliás,

³¹ DADOUN, Roger, op. cit., p. 35.

³² Idem.

³³ Cf. idem, p. 36.

³⁴ Idem.

³⁵ Idem, p. 37.

³⁶ Idem.

isto é bastante comum nas interpretações acerca da teoria reichiana, revelando a dificuldade que se tem na compreensão do significado da satisfação sexual, proposta por Reich, uma satisfação sexual genital, fruto de uma vida sexual satisfatória, pautada na potência orgástica, identificada em indivíduos livres de sintomas neuróticos. Ao contrário do que se pensa, essa satisfação não diz respeito à mera realização do ato sexual, com capacidade de ereção, ejaculação — entre outras promessas tão atuais da euforia pelo viagra —, pois estas não estão, necessariamente, atreladas à sensação de prazer, à descarga orgástica total, nos moldes da fórmula do orgasmo — tensão-carga-descarga-relaxamento — no sentido da “entrega”, mas muitas vezes provocam apenas uma sensação de prazer muito tênue, quando não sensações de angústia e ansiedade. Em outras palavras, diríamos que “a capacidade de realização do ato sexual não implica capacidade de obtenção de satisfação sexual”.³⁷ A análise terapêutica, nos moldes reichianos, viria justamente contribuir para que o paciente retomasse sua capacidade de satisfação orgástica genital e isso certamente não ocorreria pela realização de inumeráveis cópulas, mas por um trabalho centrado na retomada do equilíbrio emocional e energético do paciente, pelo reconhecimento de suas defesas, pela flexibilização de sua couraça, que o levaria à possibilidade de “entrega”.

Assim, como faz Marcuse, dizer que a liberdade sexual por si só converte-se num remédio para todos os males sociais e individuais não condiz com a proposta de trabalho reichiana, sobretudo quando se desdobra na idéia de que a liberdade “parece constituir uma simples liberação da sexualidade”,³⁸ dando margem a possíveis — e tão comuns — interpretações distorcidas de sua teoria. Ao pensar sobre a sexualidade, sobre as possibilidades de diminuição da repressão sexual, Reich revela-se crítico da cultura, da sociedade e da moral vigentes. Suas tentativas de viabilizar na prática alguns projetos não visavam à liberação sexual no sentido de que a mera realização de atos sexuais resultasse na solução de problemas quer individuais, quer sociais, mesmo porque a busca do equilíbrio emocional e energético está associada a diferentes esferas da vida. Tomemos a educação como exemplo. Visando à obtenção do grau ideal entre frustração e satisfação pulsional, Reich remete-se à educação de crianças, que extrapola as particularidades e, talvez, as restrições de um trabalho terapêutico. Isto demonstra o caráter profilático de sua teoria, que preza o equilíbrio emocional e energético da criança, o qual tem por base a dinâmica da energia sexual. Pensando no conflito entre o indivíduo e a cultura, na formação

³⁷ ALBERTINI, Paulo. *A sexualidade...*, op. cit., p. 61.

³⁸ MARCUSE, Herbert. *Eros e...*, op. cit., p. 206.

do caráter infantil, na criança e em seu processo de constituição adulta, responsável, segundo ele, por seu encorajamento, na intervenção do educador e suas diferentes possibilidades de ação — quer mencione a educação veiculada por pais ou por professores —, Reich nos revela a amplitude de sua teoria — em dado momento por ele considerada como uma “pedagogia econômico-sexual”³⁹ — que certamente não pode ser restringida a um mero caráter biológico que dela também faz parte. Todavia, Marcuse envolvendo-a pela sofisticada denominação de “primitivismo arrasador”, prenúncio de “fantásticos e arrebatados devaneios”, adjetiva a teoria reichiana de modo a não motivar, em nada, o interesse pela mesma. Pelo contrário, acaba contribuindo para que essa teoria seja refutada, rejeitada, quando, na verdade, nada mais faz do que convergir com alguns ideais também presentes no trabalho de Marcuse — a busca por um homem mais livre, mais humano —, mesmo que isso ocorra por vias distintas.

Mais curioso do que isso é verificarmos que, embora Marcuse critique Reich de maneira incisiva no que se refere à predominância de um “primitivismo arrasador”, ele é também alvo de críticas que apontam para a fragilidade teórica do conceito de “dimensão biológica”, subjacente a questões do tipo: “Uma base biológica para o socialismo?”, título e base para o desenvolvimento de um dos capítulos do livro *Um ensaio sobre a libertação*.⁴⁰ Mais do que isso, talvez essa questão explicita — embora com o ceticismo próprio de uma indagação — o tom vigente na teoria marcuseana que, de maneira geral, aposta numa necessidade “vital”, “biológica” do homem de busca da liberdade.

Explicando melhor esse particular, poderíamos dizer que Marcuse, ao analisar criticamente a sociedade capitalista avançada, o que exige novas categorias morais, políticas e estéticas, esbarra, *grosso modo*, na integração total do homem ao sistema capitalista, fato que, em última instância, repercutiria em um não-reconhecimento de si, de seus desejos, enfim, de suas necessidades básicas. O indivíduo, como tal, desapareceria nesse processo, já que, envolto por uma espécie de véu capitalista que ofuscaria suas pulsões e necessidades mais verdadeiras, admite como suas necessidades básicas as necessidades sociais.⁴¹ Pautando-se na teoria das pulsões de Freud, Marcuse aponta que, nessa sociedade (capitalista), a liberdade não corresponde a uma necessidade

³⁹ REICH, Wilhelm. *Análise...*, op. cit., p. 478.

⁴⁰ MARCUSE, Herbert. *Um ensaio sobre a libertação*. Trad. Maria Ondina Braga. Lisboa: Bertrand, 1977. Cabe ressaltar que a publicação original é de 1969. É curioso destacar que Marcuse ao remeter-se ao termo *biológico* o faz sempre entre aspas, o que talvez aponte certa especificidade para sua utilização no âmbito da teoria marcuseana.

⁴¹ Cf. idem, p. 31.

vital de um organismo, cujas pulsões estão sob controle, lembrando que a repressão pulsional é certamente condição da cultura dominante, e esta, por sua vez, leva o homem a satisfazer necessidades estereotipadas, que embora sejam necessidades sociais, próprias de uma “segunda natureza”,⁴² são por ele reconhecidas como suas. Assim, com o predomínio dessa “segunda natureza”, o indivíduo é condicionado biologicamente a perpetuar uma existência mutilada, defendendo sua própria servidão. Nesse sentido, a transformação qualitativa da realidade precisa abranger a estrutura pulsional do indivíduo. Logo, pressupõe a necessidade não apenas de uma transformação sociológica e política, mas uma modificação pulsional capaz de criar nos indivíduos a necessidade vital, biológica de realizar a convergência entre a técnica e a arte, entre o trabalho e o jogo, entre o reino da necessidade e o reino da liberdade.⁴³ Teria que ocorrer, portanto, uma mudança qualitativa nas necessidades, na infra-estrutura do homem e da sociedade, que passariam a ser diferentes e, por que não dizer, antagônicas em relação às prevalentes nas sociedades exploradoras. A liberdade, tão bloqueada na sociedade de classe, integraria um organismo que não mais conseguiria “se adaptar às funções competitivas requeridas para o bem-estar sob a opressão”, que não toleraria a agressividade e a fealdade da maneira tradicional de viver. A revolta ganharia, então, “raízes na própria natureza, a ‘biologia’ do indivíduo”,⁴⁴ de modo que o organismo se tornaria receptivo “às formas potenciais de um mundo não agressivo, não explorador”.⁴⁵

É nesse sentido que Marcuse afirma que a “contra-revolução está ancorada na estrutura instintiva”⁴⁶ do homem, de maneira que uma mudança radical que deve transformar a sociedade de hoje numa sociedade livre tem que atingir a “dimensão biológica, em que as necessidades vitais, imperativas e as

⁴² Idem, p. 24. Marcuse ressalta que a economia de consumo e a política do capitalismo são responsáveis pela criação de uma “segunda natureza” no homem, que “o liga, libidinosamente e agressivamente às formas de bem-estar”, o que faz com que haja uma “necessidade de possuir, de consumir, de manejar e de renovar constantemente os inventos, os utensílios, as máquinas, imposta às pessoas para uso desses artefatos até ao perigo de autodestruição, [que] tornou-se uma necessidade ‘biológica’.” Idem.

⁴³ Cf. MARCUSE, Herbert. *Ensayos sobre política y cultura*. Trad. Juan-Ramón Capella. Barcelona: Ariel, 1970, p. 142.

⁴⁴ MARCUSE, Herbert. *Um ensaio sobre a libertação*, op. cit., p. 15.

⁴⁵ Idem, p. 17.

⁴⁶ Idem, p. 23.

satisfações do homem se mantêm”.⁴⁷ Com isso, Marcuse enfatiza que tal revolução, assentada nessa base “biológica”, poderia “transformar o progresso técnico quantitativo em maneiras de vida qualitativamente diferentes — precisamente porque seria uma revolução a dar-se num alto nível de desenvolvimento material e intelectual”—, que contribuiria para a vitória definitiva do homem sobre a escassez e a pobreza.⁴⁸ Embora não seja nosso objetivo, neste texto, aprofundarmos tais proposições, cabe destacar que, para Marcuse, a liberdade depende do progresso técnico, do avanço da ciência, mas com uma condição prévia inicial: é preciso que, como “veículos de liberdade”, tanto a ciência como a tecnologia mudem “a sua actual direcção e objetivos: terão de ser formadas de acordo com uma nova sensibilidade — as exigências dos instintos da vida”.⁴⁹ Isto, na verdade, exige um “novo tipo de homem”, com uma sensibilidade diferente e, portanto, com uma consciência diferente.⁵⁰ Homens que, segundo Marcuse, “falariam uma linguagem diferente, fariam gestos diferentes, seguiriam impulsos; homens que teriam erguido uma barreira instintiva contra a crueldade, a brutalidade, a fealdade.”⁵¹ Em outras palavras, Marcuse defende uma outra moralidade, se é que podemos dizer assim. Uma moralidade entendida como

⁴⁷ Idem, p. 31. Nesse sentido, Marcuse destaca que “a libertação pressupõe transformações ao nível biológico, isto é, necessidades instintivas diferentes, reacções diferentes do corpo e do espírito”. Idem.

⁴⁸ Cf. idem, p. 33.

⁴⁹ Idem, p. 34. Para Marcuse, a ciência e a tecnologia são os “grandes veículos da libertação”, mas, devido ao seu uso restrito na sociedade repressiva, transformam-se em veículos de domínio. Cf. idem, p. 25. Assim, aposta naquilo que denomina como “tecnologia de libertação”, produto de uma imaginação científica livre para delinear os contornos de um universo sem exploração e trabalho violento, mas que somente seria possível a partir de um alto nível de desenvolvimento material e intelectual. Cf. idem, p. 33-4.

⁵⁰ Marcuse, em um outro texto, ao referir-se aos objetivos básicos do socialismo integral, pressupõe um “novo tipo de homem” que “rechace los principios de actuación que gobiernan las sociedades establecidas; un tipo de hombre que se haya liberado por sí mismo de la agresividad y la brutalidad inherentes a la organización de la sociedad establecida, y a su moralidad puritana e hipócrita; un tipo de hombre que sea biológicamente incapaz de combatir en las guerras y de crear sufrimiento; un tipo de hombre que tenga una buena consciencia del goce y del placer, y que trabaje, colectiva e individualmente, en favor de un entorno individual y social en que sea posible una existencia así”. MARCUSE, Herbert. *Ensayos sobre política...*, op. cit., p. 141.

⁵¹ MARCUSE, Herbert. *Um ensaio sobre a libertação*, op. cit., p. 36. Grifo nosso, justamente para enfatizar que tal “barreira instintiva” aparece como uma determinação, sem explicações pormenorizadas sobre sua constituição. Talvez seja apenas uma idealização de Marcuse, ou um retorno ao homem naturalmente bom e genuíno.

“uma ‘disposição’ do organismo, talvez enraizada no impulso erótico, para contrariar a agressividade, para criar e preservar ‘unidades cada vez maiores’ de vida”⁵² Assim, Marcuse explica que na medida em que “essa base é ela própria histórica e a maleabilidade da ‘natureza humana’ atinge a profundidade da estrutura instintiva do homem, as mudanças na moralidade podem ‘mergulhar’ na dimensão ‘biológica’ e modificar o comportamento orgânico”.⁵³ A liberdade, portanto, passaria a ser uma “necessidade vital”, “biológica” tal que o homem seria fisicamente incapaz de tolerar qualquer repressão que não a requerida pela proteção e melhoramento da vida.⁵⁴

Em outras palavras, diríamos que a sociedade de indivíduos livres depende do surgimento de um novo tipo de homem com um impulso vital, biológico para a libertação. Há, portanto, uma dialética inerente a esse processo, em que se toma claro que não basta uma modificação estrutural econômica da sociedade nos moldes apontados por Marx, mas é preciso, também, que haja uma transformação pulsional dos indivíduos a ela pertencentes. Caso isso não ocorra, haveria apenas a substituição de um modo de dominação por outro, sem que o indivíduo atingisse realmente a liberdade. De acordo com suas próprias palavras:

*La dialéctica de la liberación, al pasar de la cantidad a la cualidad, implica así, repito, una ruptura en la sucesión de represión que llega incluso a la dimensión profunda del propio organismo. Sin embargo, podemos decir que hoy el cambio cualitativo, la liberación, implica cambios orgánicos, biológicos y en el instinto al mismo tiempo que cambios políticos y sociales.*⁵⁵

⁵² Idem, p. 23. E, assim, teríamos uma base instintiva para a solidariedade dos seres humanos. Cf. idem.

⁵³ Idem.

⁵⁴ Idem, p. 45. Em outro texto; Marcuse insiste na idéia de um novo tipo de homem, de uma “nova antropologia”, concebendo-a diretamente relacionada às necessidades do homem. Em suas palavras: “é o surgimento e o desenvolvimento de necessidades vitais de liberdade, das *necessidades vitais* de uma liberdade não mais fundada sobre a (nem limitada pela) escassez dos meios e sobre a necessidade do trabalho alienado, mas capaz de expressar o desenvolvimento de necessidades humanas qualitativamente novas e, conseqüentemente, as exigências do fator biológico (pois se trata de necessidades consideradas em termos estritamente biológicos). A necessidade de liberdade, de fato, não se configura (ou não mais se configura) como uma necessidade vital em grande parte da população integrada dos países de capitalismo desenvolvido”. MARCUSE, Herbert. *O fim da utopia*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969, p. 17. Cabe ressaltar que o original é de 1967.

⁵⁵ Cf. MARCUSE, Herbert. *Ensayos sobre política...*, op. cit., p. 141.

Embora tais referências demonstrem claramente a inserção de uma “dimensão biológica” no âmago da teoria marcuseana, toda cautela é pouca para não nos precipitarmos nas interpretações e aproximações com o “biológico” tão evidente na teoria reichiana. Ou seja, Marcuse entende o “biológico” não na dimensão da disciplina científica, da biologia em si, mas com o fim de “designar o processo e a dimensão em que as inclinações, os padrões de comportamento e as aspirações se tornam necessidades vitais que, se não satisfeitas, causariam um mau funcionamento do organismo”.⁵⁶ Por isso, afirma que “as necessidades e as aspirações socialmente estimuladas podem determinar um comportamento orgânico mais aprazível”.⁵⁷ E continua: “Se definirmos necessidades biológicas como aquelas que devem ser satisfeitas e às quais não se pode fornecer nenhum substituto apropriado, certas necessidades culturais podem ‘mergulhar’ na biologia do homem”.⁵⁸ Exemplificando tal fato, Marcuse diz que poderíamos falar da “necessidade biológica da liberdade, ou de algumas necessidades estéticas como tendo-se enraizado na estrutura orgânica do homem, na sua ‘natureza’, ou, melhor, ‘segunda natureza’”.⁵⁹ Com isso, Marcuse é taxativo ao afirmar que sua utilização do termo “biológico não implica nada do que respeita ao modo como as necessidades se manifestam e transmitem fisiologicamente”,⁶⁰ e é essa, certamente, a dimensão dada ao biológico, que difere da postulada por Reich, para quem a biologia era entendida em seu aspecto mais específico, científico e fisiológico, base para o equilíbrio energético e emocional do indivíduo.

Marcuse, no entanto, embora se refira à dimensão “biológica” — reservadas as particularidades — assim como Reich o fez, não pára por aí; talvez essa seja a principal razão de dirigir uma crítica à teoria reichiana. Indo além em suas formulações teóricas, Marcuse afirma que “tal transformação instintiva só é concebível como factor da transformação social se penetrar na divisão social do trabalho, nas próprias relações de produção”,⁶¹ e é nesse sentido — feitas as devidas ressalvas nessa observação — que a classe trabalhadora mantém-se como *potencialmente* revolucionária, ou seja, ainda é o agente histórico da revolução devido à posição básica que ocupa no processo de

⁵⁶ MARCUSE, Herbert. *Um ensaio sobre a libertação*, op. cit., p. 23.

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ Idem.

⁶¹ Idem, p. 36.

produção, à sua importância numérica e peso da exploração.⁶² Já que inserida — embora hoje integrada de tal forma — no modo de produção, a classe trabalhadora seria *potencialmente* capaz de modelar as relações de produção, por “homens e mulheres com verdadeira consciência de serem humanos, ternos, sensíveis, que não mais se envergonhassem deles próprios”.⁶³ Para Marcuse, é ela quem poderia “provocar a ruptura, reorganização, dirigir com novos métodos a produção”, embora não tenha “interesse em fazê-lo nem necessidade vital de o fazer”, já que “seus membros estão bem integrados e recompensados”.⁶⁴

Marcuse chega a admitir, em *O fim da utopia*, que hoje existem todas as “forças materiais e intelectuais necessárias à realização de uma sociedade livre”, embora reconheça que estas não sejam utilizadas devido a “uma espécie de mobilização geral da sociedade, que resiste com todos os meios à eventualidade de sua própria libertação”.⁶⁵ Mas Marcuse sublinha um aspecto decisivo nesse processo: “a libertação de uma dimensão da realidade e da vida humana situada aquém da base material, a ativação da dimensão biológica da vida”.⁶⁶ Segundo Marcuse, um dos fatores que impediram até agora a transformação foi “a ausência da necessidade de transformação, a sua repressão”,⁶⁷ já que a sociedade repressiva é a responsável pela reprodução em seus membros de necessidades que ela mesma estimula e satisfaz, e que são reproduzidas continuamente pelos indivíduos. É nesse sentido que explica que essa “continuidade das necessidades repressivas, assim, é o obstáculo que impediu até agora o salto da quantidade à qualidade de uma sociedade livre”.⁶⁸ Tal afirmação parte da premissa de que:

as necessidades humanas possuem um caráter histórico; de que, ultrapassado o nível animal, todas as necessidades humanas (inclusive a sexual) são historicamente determinadas e historicamente transformáveis; e de que a ruptura da continuidade das necessidades

⁶² Idem, p. 30.

⁶³ Idem, p. 36.

⁶⁴ Cf. idem, p. 78.

⁶⁵ MARCUSE, Herbert. *O fim da...*, op. cit., p. 16.

⁶⁶ Idem, p. 17.

⁶⁷ Idem, p. 24.

⁶⁸ Idem, p. 18.

Embora tais referências demonstrem claramente a inserção de uma “dimensão biológica” no âmago da teoria marcuseana, toda cautela é pouca para não nos precipitarmos nas interpretações e aproximações com o “biológico” tão evidente na teoria reichiana. Ou seja, Marcuse entende o “biológico” não na dimensão da disciplina científica, da biologia em si, mas com o fim de “designar o processo e a dimensão em que as inclinações, os padrões de comportamento e as aspirações se tornam necessidades vitais que, se não satisfeitas, causariam um mau funcionamento do organismo”.⁵⁶ Por isso, afirma que “as necessidades e as aspirações socialmente estimuladas podem determinar um comportamento orgânico mais aprazível”.⁵⁷ E continua: “Se definirmos necessidades biológicas como aquelas que devem ser satisfeitas e às quais não se pode fornecer nenhum substituto apropriado, certas necessidades culturais podem ‘mergulhar’ na biologia do homem”.⁵⁸ Exemplificando tal fato, Marcuse diz que poderíamos falar da “necessidade biológica da liberdade, ou de algumas necessidades estéticas como tendo-se enraizado na estrutura orgânica do homem, na sua ‘natureza’, ou, melhor, ‘segunda natureza’”.⁵⁹ Com isso, Marcuse é taxativo ao afirmar que sua utilização do termo “biológico não implica nada do que respeita ao modo como as necessidades se manifestam e transmitem fisiologicamente”,⁶⁰ e é essa, certamente, a dimensão dada ao biológico, que difere da postulada por Reich, para quem a biologia era entendida em seu aspecto mais específico, científico e fisiológico, base para o equilíbrio energético e emocional do indivíduo.

Marcuse, no entanto, embora se refira à dimensão “biológica” — reservadas as particularidades — assim como Reich o fez, não pára por aí; talvez essa seja a principal razão de dirigir uma crítica à teoria reichiana. Indo além em suas formulações teóricas, Marcuse afirma que “tal transformação instintiva só é concebível como factor da transformação social se penetrar na divisão social do trabalho, nas próprias relações de produção”,⁶¹ e é nesse sentido — feitas as devidas ressalvas nessa observação — que a classe trabalhadora mantém-se como *potencialmente* revolucionária, ou seja, ainda é o agente histórico da revolução devido à posição básica que ocupa no processo de

⁵⁶ MARCUSE, Herbert. *Um ensaio sobre a libertação*, op. cit., p. 23.

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ Idem.

⁶¹ Idem, p. 36.

produção, à sua importância numérica e peso da exploração.⁶² Já que inserida — embora hoje integrada de tal forma — no modo de produção, a classe trabalhadora seria *potencialmente* capaz de modelar as relações de produção, por “homens e mulheres com verdadeira consciência de serem humanos, ternos, sensíveis, que não mais se envergonhassem deles próprios”.⁶³ Para Marcuse, é ela quem poderia “provocar a ruptura, reorganização, dirigir com novos métodos a produção”, embora não tenha “interesse em fazê-lo nem necessidade vital de o fazer”, já que “seus membros estão bem integrados e recompensados”.⁶⁴

Marcuse chega a admitir, em *O fim da utopia*, que hoje existem todas as “forças materiais e intelectuais necessárias à realização de uma sociedade livre”, embora reconheça que estas não sejam utilizadas devido a “uma espécie de mobilização geral da sociedade, que resiste com todos os meios à eventualidade de sua própria libertação”.⁶⁵ Mas Marcuse sublinha um aspecto decisivo nesse processo: “a libertação de uma dimensão da realidade e da vida humana situada aquém da base material, a ativação da dimensão biológica da vida”.⁶⁶ Segundo Marcuse, um dos fatores que impediram até agora a transformação foi “a ausência da necessidade de transformação, a sua repressão”,⁶⁷ já que a sociedade repressiva é a responsável pela reprodução em seus membros de necessidades que ela mesma estimula e satisfaz, e que são reproduzidas continuamente pelos indivíduos. É nesse sentido que explica que essa “continuidade das necessidades repressivas, assim, é o obstáculo que impediu até agora o salto da quantidade à qualidade de uma sociedade livre”.⁶⁸ Tal afirmação parte da premissa de que:

as necessidades humanas possuem um caráter histórico; de que, ultrapassado o nível animal, todas as necessidades humanas (inclusive a sexual) são historicamente determinadas e historicamente transformáveis; e de que a ruptura da continuidade das necessidades

⁶² Idem, p. 30.

⁶³ Idem, p. 36.

⁶⁴ Cf. idem, p. 78.

⁶⁵ MARCUSE, Herbert. *O fim da...*, op. cit., p. 16.

⁶⁶ Idem, p. 17.

⁶⁷ Idem, p. 24.

⁶⁸ Idem, p. 18.

*nas quais se encerra o princípio repressivo (o salto na diferença qualitativa) não é um fato especulativo, mas um evento implícito no próprio desenvolvimento das forças produtivas. Com efeito, este desenvolvimento atingiu agora um nível capaz de impedir qualquer adequação nossa às condições da liberdade, se não nascerem novas necessidades vitais.*⁶⁹

Nesse sentido, Marcuse aposta na criação de um ambiente dotado de espaço suficiente para a explicitação de novas necessidades, ou seja, "capaz de se transformar materialmente, fisiologicamente, através de uma contínua e reiterada modificação da natureza humana: através da redução da brutalidade (que hoje se manifesta sob formas cada vez mais cruas), da crueldade, do falso heroísmo, da falsa virilidade, da concorrência a qualquer preço. Tais fenômenos possuem um caráter fisiológico".⁷⁰

Ao considerar que uma modificação da sociedade deve ser precedida por uma modificação das necessidades, Marcuse é criticado por certa fragilidade de sua teoria; ou seja, dado o referencial marxiano de que "o homem não é senão o conjunto das relações sociais", que em outras palavras implicaria a afirmação de que "as necessidades atuais só podem ser modificadas se, preliminarmente, forem removidos os mecanismos que as geraram",⁷¹ Marcuse admite a fragilidade do problema, argumentando que, para se desenvolver as "novas necessidades revolucionárias", devem "preliminarmente ser removidos os mecanismos que tendem a reproduzir as velhas, o que pressupõe, por sua vez, a necessidade dessa remoção preliminar. Mas, nesse ponto, deparamo-nos com um inegável círculo vicioso, do qual não sei como se possa sair".⁷² Mas, quando indagado como se manifestam, no plano material, as necessidades de emancipação que transcendem a imediata experiência vital, como as necessidades de paz, liberdade, felicidade, Marcuse responde:

A necessidade de paz como necessidade vital em sentido biológico não precisa, diria, ser traduzida em termos materiais, porque já é uma necessidade material. Por exemplo, a necessidade de paz poderia ser traduzida na impossibilidade de continuar a se mobilizar os homens

⁶⁹ Idem, p. 19.

⁷⁰ Idem, p. 27-8.

⁷¹ Idem, p. 42.

⁷² Idem, p. 43.

*para o serviço militar. Essa não seria mais uma materialização da necessidade, já que a necessidade de paz se apresentaria diretamente como necessidade material.*⁷³

Por fim, diríamos que, embora a dimensão biológica postulada por Marcuse tenha uma conotação distinta da de Reich, o biológico, alvo de sua crítica à teoria reichiana, retorna muitas vezes como uma crítica à própria teoria marcuseana. É como se, em outras palavras, o feitiço se voltasse contra o feiticeiro, mesmo que o enfoque sobre a dimensão biológica não seja exatamente o mesmo, o que, em outros termos, significaria dizer que em Herbert Marcuse há um ideário biológico sem muitas evidências orgânicas, as quais certamente são exploradas até as últimas conseqüências por Wilhelm Reich.

Referências Bibliográficas

ALBERTINI, Paulo. *Reich: história das idéias e formulações para a educação*. São Paulo: Ágora, 1994.

_____. A sexualidade e o processo educativo: uma análise inspirada no referencial reichiano. In: AQUINO, Julio Groppa (org.). *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1997.

BAKER, Elsworth Fredrik. *O labirinto humano: as causas do bloqueio da energia sexual*. Trad. Maria Sílvia Mourão Netto. 3ª ed. São Paulo: Summus, 1980.

MARCUSE, Herbert. *Eros e civilização*. 5ª ed. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

_____. *Um ensaio sobre a libertação*. Trad. Maria Ondina Braga. Lisboa: Bertrand, 1977.

_____. *O fim da utopia*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

_____. *Ersayos sobre política y cultura*. Trad. Juan-Ramón Capella. Barcelona: Ariel, 1970.

⁷³ Idem, p. 45.

REICH, Wilhelm. *Irrupção da moral sexual repressiva*. Trad. Sílvia Montarroyos e J. Silva Dias. São Paulo: Martins Fontes, s.d.

_____. *Análise do caráter*. 2ª ed. Trad. Maria Manuela Pecegheiro e Maria Lizette Branco. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. *A função do orgasmo; problemas econômicos-sexuais da energia biológica*. 10ª ed. Trad. Maria da Glória Novak. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ROBINSON, Paul A. *A esquerda freudiana: Wilhelm Reich - Geza Roheim - Herbert Marcuse*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.